

29/09/2015

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 907.683 BAHIA

RELATOR	: MIN. GILMAR MENDES
AGTE.(S)	: ESTADO DA BAHIA
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DA BAHIA
AGDO.(A/S)	: MARIA JOSÉ DE SOUZA
ADV.(A/S)	: THIAGO ALEM ROCHA E OUTRO(A/S)

Agravo regimental em recurso extraordinário com agravo. 2. Inovação no agravo regimental. Inadmissibilidade. 3. Alegação de prescrição do fundo de direito. Revolvimento do acervo fático-probatório e da legislação infraconstitucional. 4. Agravo regimental a que se nega provimento.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os ministros do Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, sob a presidência do ministro Celso de Mello, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 29 de setembro de 2015.

Ministro **GILMAR MENDES**

Relator

Documento assinado digitalmente

29/09/2015

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 907.683 BAHIA

RELATOR	: MIN. GILMAR MENDES
AGTE.(S)	: ESTADO DA BAHIA
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DA BAHIA
AGDO.(A/S)	: MARIA JOSÉ DE SOUZA
ADV.(A/S)	: THIAGO ALEM ROCHA E OUTRO(A/S)

R E L A T Ó R I O

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (RELATOR): Trata-se de agravo regimental em recurso extraordinário com agravo contra decisão monocrática que negou seguimento a recurso, pelo fato de a decisão estar em consonância com a jurisprudência desta Corte, no sentido de que a norma do art. 40, § 5º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, possui aplicabilidade imediata, mesmo em relação às pensões concedidas antes do advento da Carta Magna de 1988.

No agravo regimental, a parte recorrente alega a ocorrência de prescrição do fundo de direito.

É o relatório.

29/09/2015

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 907.683 BAHIA

VOTO

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (RELATOR): No agravo regimental, não ficou demonstrado o desacerto da decisão agravada.

Com efeito, a alegação de prescrição do fundo de direito não foi ventilada no recurso extraordinário, tratando-se de inovação no agravo regimental, o que é vedado. Nesse sentido:

1. O prequestionamento é requisito de admissibilidade recursal na via extraordinária, ainda que a questão debatida seja de ordem pública. 2. Além de ser de índole infraconstitucional, constitui inovação à discussão da lide controversa relativa à prescrição, não impugnada no apelo extremo. 3. Agravo regimental improvido. (AI 518051 AgR, rel. min. Ellen Gracie, DJe 17.2.2006).

Ainda que assim não fosse, o Tribunal de origem, expressamente, reconheceu a inexistência da prescrição do fundo do direito, de modo que divergir desse entendimento demandaria reexame do acervo fático-probatório e da legislação infraconstitucional aplicável, providências vedadas nesta instância extraordinária.

“Agravo regimental no agravo de instrumento. Policial Militar. Princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa. prescrição. Ofensa reflexa. Reexame de provas. Impossibilidade. Precedentes.

1. A afronta aos princípios do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, dos limites da coisa julgada e da prestação jurisdicional, quando depende, para ser reconhecida como tal, da análise de normas

ARE 907683 AGR / BA

infraconstitucionais, configura apenas ofensa indireta ou reflexa à Constituição da República.

2. Para ultrapassar o entendimento firmado pelo Tribunal de origem quanto à ocorrência da prescrição, seria necessário interpretar a legislação infraconstitucional pertinente - Decreto nº 20.910/32 - e reexaminar as provas dos autos, o que não é cabível em sede de recurso extraordinário. Incidência das Súmulas nºs 636 e 279 desta Corte. 3. Agravo regimental não provido". (AI-AgR 745.285, rel. min. Dias Toffoli, Primeira Turma, DJe 1º.2.2012).

Ante o exposto, nego provimento ao agravo regimental.



SEGUNDA TURMA

EXTRATO DE ATA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 907.683

PROCED. : BAHIA

RELATOR : MIN. GILMAR MENDES

AGTE.(S) : ESTADO DA BAHIA

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DA BAHIA

AGDO.(A/S) : MARIA JOSÉ DE SOUZA

ADV.(A/S) : THIAGO ALEM ROCHA E OUTRO(A/S)

Decisão: A Turma, por votação unânime, **negou** provimento ao recurso de agravo, **nos termos** do voto do Relator. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Dias Toffoli. Presidência do Senhor Ministro Celso de Mello. **2ª Turma**, 29.09.2015.

Presidência do Senhor Ministro Celso de Mello. Presentes à sessão os Senhores Ministros Gilmar Mendes, Cármen Lúcia e Teori Zavascki. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Dias Toffoli, em face da participação no III Congresso Internacional da Advocacia Estatal, Local e Federal, promovido pela Procuradoria-Geral da Cidade de Buenos Aires e realizado na Argentina.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Paulo Gustavo Gonet Branco.

Ravena Siqueira
Secretária